

Actual reforma laboral “é uma questão de poder, não de eficácia”

António Casimiro Ferreira Professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra alerta que a urgência associada à austeridade está a pôr em causa a coesão social em Portugal

Entrevista Raquel Martins

António Casimiro Ferreira, lança hoje em Coimbra o livro *A Sociedade da Austeridade e o Direito de Trabalho de Excepção*, onde faz uma leitura crítica sobre as consequências da austeridade na sociedade portuguesa e sobre o crescente poder dos não-eleitos – leia-se *troika* – na definição do rumo do país.

Em menos de uma década, Portugal está a fazer a terceira reforma da legislação laboral. Por que é que há esta necessidade recorrente de mexer nas leis do trabalho?

É uma questão de poder, não é uma questão de eficácia. Quando existem situações propiciadoras de reformas, o que se faz não é necessariamente melhorar o funcionamento do mercado de trabalho, mas sim alterar a correlação de forças. No livro procurei salientar que não há provas da relação causal entre a flexibilização laboral e o aumento da produtividade e o crescimento do país. Esta causalidade é-nos apresentada como necessária e inevitável, porque favorece uma alteração das relações de poder na sociedade. O que se reforma, quando se alteram as leis laborais, é o modo como o poder é distribuído entre capital e trabalho. Estas reformas que estão em cima da mesa mais parecem um acerto histórico com o que sucedeu em 1974 e com a ideia de que a lei protege de mais os trabalhadores. Mesmo quando se fazem estudos comparativos – como este que agora surge sobre as indemnizações – há um elemento sempre escamoteado: a legislação laboral faz parte de um equilíbrio da sociedade e quando mexemos numa determinada dimensão estamos a afectar a sociedade como um todo. **Então considera desnecessário alterar a lei?**

Reconheço que pode haver necessidade de fazer ajustamentos, mas por que não melhorar e aprofundar a democracia nos locais de trabalho? Continuamos a



“A ambiguidade entre o poder dos eleitos e dos não eleitos está a minar as raízes da democracia”

degradar as condições de vida e de trabalho para nos aproximarmos da China, como se isso fosse viável. Os próprios empresários estão mais preocupados com o financiamento, com a desburocratização e com a reforma do Estado. O que me leva a pensar que estamos a alterar coisas que não necessitam de reforma e não estamos a fazer as reformas de que necessitaríamos. **O livro é um manifesto contra o rumo que o país está a tomar?**

“É necessário que a questão geracional seja desconstruída. Por que não partirmos do raciocínio que leve a que as pessoas tenham todas igual acesso à dignidade no trabalho?”

Quando ouço o ministro da Economia dizer que Portugal não cresce e não se desenvolve por causa da legislação laboral, não posso passar ao lado. É preciso pressionar e criar no espaço público condições para que as pessoas sintam incómodo de se pensarem como pessoas com medo. É uma tentativa de introduzir conceitos que estão afastados do discurso oficial como a dignidade humana, a boa sociedade, a reciprocidade democrática do olhar, o respeito, o reconhecimento, a vulnerabilidade.

Uma das ideias que frisa no livro é que a sociedade da austeridade é uma sociedade de urgência, que não respeita o diálogo social...

O direito do trabalho é eminentemente colectivo, o que requer democracia laboral e diálogo social efectivo. Mas a necessidade de interlocução está colocada de lado devido à excepcionalidade do momento que vivemos. Temos que fazer depressa, porque o tempo é de urgência e não se pode perder

tempo a dialogar. Estão a criar-se condições para que no tempo dos meus filhos já não haja direito do trabalho, porque estas medidas pugnam por uma individualização institucionalizada da relação laboral.

E essa geração tem noção do que vai perder?

Alguns terão, outros vão deixando de ter porque a resignação é muito grande. Há aqui um aspecto que deve ser sublinhado, que é o modo como se utiliza o conflito geracional como uma forma de manipulação: porque os mais velhos têm mais direitos, os mais novos têm piores ou não têm direitos nenhuns. É necessário que a questão geracional seja desconstruída. Por que não partirmos do raciocínio que leve a que as pessoas tenham todas igual acesso à dignidade no trabalho? **Acha que o conflito de gerações é usado para legitimar medidas que tiraram direitos aos trabalhadores?**

É a linguagem da segmentação do mercado de trabalho que foi introduzida nos anos 80 com a dicotomia entre *insiders* e

outsiders. O que quero denunciar é a lógica do nivelamento pela falta de qualidade, pela precariedade e pela atipicidade, em vez de se aprofundar a cidadania, de se conferir mais qualidade de vida.

Alerta que é difícil desenvolver uma sociedade assente no medo e na necessidade de assegurar a sobrevivência. Que sociedade estamos a criar?

Há aspectos que marcam a lógica desta sociedade da austeridade. Em primeiro lugar, a questão do poder, que agora se transmuta numa mistura entre o poder dos eleitos e dos não-eleitos. É esta noção de poder que está a minar as raízes democráticas da sociedade, sob os auspícios da austeridade. Esta forma de poder ambígua, contingente, indefinida, cujas fronteiras nunca se sabe se se devem ao poder dos não-eleitos – como a *troika* – ou se se devem ao Governo eleito. Esta ambiguidade entre o poder dos eleitos e dos não-eleitos torna-se claramente numa forma de executar a política e as reformas. O segundo aspecto é o medo. Do ponto de vista da regulação política, dá muito jeito que as pessoas tenham medo e estejam disponíveis para aceitar.

Que futuro temos enquanto sociedade perante este reforço do poder dos não-eleitos?

Naturalmente haverá alternativas, haverá esperança. Não é preciso uma sociedade alternativa, basta fazer outras reformas que são possíveis. Renegociar a dívida, recalendarizar, alterar as taxas de juro é o que se pode fazer no imediato. Mas, admito, teremos muita dificuldade em sair desta matriz de sociedade marcada pelo individualismo e por esta lógica do mercado. Isso exigiria olhar para as coisas de outra maneira. Para haver liberdade, há uma série de condições que têm que ocorrer. A primeira delas é que o trabalho seja encarado de uma outra forma, que se façam reformas que visem aprofundar a participação. Uma das formas de construir o futuro é voltarmos a discutir palavras comuns, mas que nunca entram na discussão pública: o respeito, o reconhecimento, a dignidade...